

7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação
Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

12, 13 e 14 de dezembro de 2024, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Área Temática de Teoria das Relações Internacionais

**A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O CAMPO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
UM ENCONTRO NECESSÁRIO**

Francisco Luiz de Andrade Neto
Mestrando em Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia

Porto Alegre/RS
Dezembro 2024

RESUMO EXPANDIDO

O objetivo deste texto é de discutir o lugar da Teoria Marxista da Dependência (TMD) nas Relações Internacionais, reivindicando-a como uma contribuição sólida para esta área. Isso se manifesta não só pelo seu vigor teórico, mas também por sua práxis periférica, anticolonial e anti-imperialista.

Neste viés, por meio de uma revisão bibliográfica, situaremos o historicamente os embates teóricos que a TMD travou, onde esta se vê, atualmente, num amplo cenário internacional de “resgate crítico” de suas formulações. É neste espírito, portanto, que aqui apresentaremos o sentido teórico e metodológico da TMD, e como estes, junto de suas categorias, podem se incorporar ao estudo das relações internacionais e da disciplina (RI) em si.

A TMD se constitui na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 como uma corrente teórica que buscava entender o desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos a partir do marxismo, ancorada na teoria do valor-trabalho. Seus principais autores eram Ruy Mauro Marini, Vânia Bambira e Theotônio dos Santos, que tiveram a Revolução Cubana (1959) como uma grande inspiração para suas formulações. Neste sentido, a TMD se baseia nas teorias marxistas do imperialismo e na teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, e se dialoga de forma crítica com a teoria desenvolvimentista da CEPAL.

A produção e difusão teórica dentro a TMD no Brasil encontrou diversos percalços desde sua origem. Entretanto, com as crises dos governos neoliberais na América Latina no final dos anos 1990 e posteriormente, com a crise de 2008 e as demais manifestações de uma crise estrutural do capitalismo que daí vieram, a TMD passa a sofrer um “resgate crítico” que se inicia nos anos 2000 e se consolida na década seguinte (Carcanholo, 2013; Nunes, 2023, p. 12; Özekin, 2022; Prado; Castelo, 2013).

A partir deste movimento, vê-se uma nova gama de produções que dialogam com a TMD no Brasil, assim como a partir do lançamento de novas edições de livros clássicos. Ademais, nota-se uma ascensão de publicações em periódicos internacionais que tratam acerca da TMD, a partir de vários autores, sendo eles tanto latinos (Acosta; Cajas-Guijarro, 2022; Antunes de Oliveira, 2022; Antunes de Oliveira; Kvangraven, 2023; Filgueiras, 2020; Katz, 2022; Madariaga; Palestini, 2021; Martins, 2022; Nunes, 2023; Osorio, 2022; Reis; Antunes de Oliveira, 2021; Salém Vasconcelos, 2022; Salém Vasconcelos; Chilcote, 2022) mas também por parte de não latinos (Özekin, 2022).

Frente a este cenário de resgate da TMD, defendemos a necessidade desse movimento ser abraçado pelo campo de RI, questão que encontra respaldo em autores como Bichir (2021), Bugiato (2021) e Özekin (2022), os quais também fazem contribuições nesse sentido. Entretanto, é seguro afirmar que este esforço de incorre na mesma “estranheza” que existe na relação entre o marxismo, de modo geral, e as RI. Este primeiro não é uma teoria

própria da área, mas oferece aportes que são de extrema validade para as RI, pois tanto versam sobre temas globais, transnacionais e internacionais, oferecendo visões diferentes do mainstream, quanto apresentam questões ocultadas deste último. No mesmo sentido, a TMD não é uma teoria das RI, mas, como defendemos, pode contribuir para esta área, indo além, inclusive, das formulações marxistas “clássicas”.

Essencialmente (e tentando aqui restringir às contribuições que o marxismo, em geral, não oferece da mesma forma que a TMD) apontamos aqui que as possíveis contribuições da TMD para as RI são: 1) o entendimento da dependência; 2) sua noção de historicidade; 3) sua concretude e práxis:

- 1) O entendimento sobre a dependência, nestes termos, impõe uma estruturação do sistema internacional que difere das teorias mainstream de RI. O “sistema” se apresenta articulado entre centro e periferia, como duas totalidades subsumidas à totalidade do capitalismo global. A totalidade da periferia mantém uma relação de dependência com a do centro, onde o desenvolvimento deste último se dá às custas do subdesenvolvimento do primeiro. Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo dependente só irá intensificar a relação de dependência, e assim, intensificando suas contradições internas. Ademais, nessa relação, se cristalizam especificidades no capitalismo dos países dependentes, como a manifestação estrutural da superexploração do trabalho.
- 2) Relacionado a isso, oferece uma historicidade para o sistema internacional que difere da eurocêntrica e imperialista, trazendo um ponto de vista da periferia (e aqui se difere do marxismo em geral), a qual desvela desde o colonialismo até as ainda existentes explorações que impactam as sociedades de países dependentes. Neste sentido, ressaltam-se as categorias de transferência de valor como intercâmbio desigual e da superexploração da força de trabalho. Esta primeira se apresenta de forma estrutural nas economias dependentes, pelo diferencial de produtividade existente em relação ao centro – questão construída historicamente – onde assim, há uma elusão da lei do valor; os países dependentes cedem parte do valor produzido gratuitamente. Desse modo, se insere a superexploração da força de trabalho, como um meio compensar tal transferência de valor, sendo ela uma remuneração da força de trabalho em valores abaixo dos necessários para sua reposição.
- 3) Partindo para o terceiro ponto, vê-se como a categoria da superexploração da força de trabalho, que já se articula com a transferência de valor, que por sua vez se articula com a história do desenvolvimento dos países dependentes, traz um nexo concreto entre exploração de classe e história, ultrapassando de cima a baixo os tradicionais “níveis de análise” das RI de forma totalizante. Ademais, a TMD abriga

um sentido político, de práxis periférica, que não tem paralelo quando comparado a outras contribuições da RI – indo além das abordagens decoloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Marxista da Dependência; Relações Internacionais; Teoria das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Marxismo e Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

Esse texto, de caráter exploratório, tem como objetivo discutir o lugar da Teoria Marxista da Dependência (TMD) nas Relações Internacionais, reivindicando-a como uma contribuição sólida para esta área. Isso se manifesta não só pelo seu vigor teórico, mas também por sua práxis periférica, anticolonial e anti-imperialista.

Nesse sentido, por meio de uma revisão bibliográfica, exploraremos como a TMD tem sido articulada com a área e como pode ser. Para isso, dividimos a exposição da seguinte forma. Primeiro, situaremos o historicamente os embates teóricos que a TMD travou, onde esta se vê, atualmente, num amplo cenário internacional de “resgate crítico” (Carcanholo, 2013) de suas formulações. Este movimento é importante para valorizar e lançar luz à esta tradição teórica, muitas vezes desconhecida em meios acadêmicos e políticos. Depois, expomos os sentidos da contribuição da TMD às RI, com base em literaturas contemporâneas, cotejando-as com apontamentos clássicos feitos por Marini ([1973] 2022a). Ao fim, teceremos comentários conclusivos.

HISTÓRIA, DEBATES E SENTIDOS DA TMD¹

As formulações “clássicas” da TMD são oriundas das obras dos brasileiros Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Durante as décadas de 1960 e 1970 tais autores buscaram entender o capitalismo latino-americano sob uma perspectiva marxista, baseada sobretudo na teoria do imperialismo de Lênin ([1916] 2021). Para além do campo teórico, encontraram na militância revolucionária e na realidade vivida em países da região os substratos para suas formulações (Amaral, 2012).

O ponto essencial dessa teorização reside no entendimento do capitalismo latino-americano como capitalismo dependente, isto é, subordinado em relação ao capitalismo central – dos países imperialistas. Diante desses aspectos, entende-se que existe uma desigualdade estrutural entre os dois, mas que não existe “atraso” de um (periferia) em relação ao outro (centro). Ou seja, a periferia não é “subdesenvolvida”: ela já se desenvolveu plenamente. Na verdade, o desenvolvimento de suas forças produtivas apenas intensificará

¹ Aqui reproduzimos parte da discussão feita no primeiro capítulo de nossa dissertação de mestrado em andamento, intitulada “A financeirização na Teoria Marxista da Dependência: uma revisão sistemática”.

contradições da manifestação particular do capitalismo na região. O capitalismo dependente é, portanto, qualitativamente diferente do capitalismo central. E essa desigualdade é fruto justamente do estabelecimento histórico da dependência e de sua reprodução, em que a própria existência do capitalismo dependente foi – e ainda é – essencial para a existência do capitalismo global. Sob esta perspectiva, o único modo de romper com a dependência é a partir da supressão das relações de produção envolvidas, leia-se, promovendo a superação do capitalismo através de uma revolução de caráter socialista (Dos Santos, 1970; Marini, [1973] 2022).

Este entendimento das sociedades latino-americanas como “dependentes” e não como “subdesenvolvidas” ou “semifeudais” – as quais supostamente estariam numa etapa anterior ao desenvolvimento capitalista visto no centro – marcava um forte contraste dos autores da TMD com visões então hegemônicas tanto do pensamento brasileiro quanto internacional sobre o chamado desenvolvimento capitalista. Estas eram: a Teoria da Modernização (Rostow), o pensamento desenvolvimentista-estruturalista dos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que seguia o entendimento da Terceira Internacional sobre os assuntos (Wasserman, 2017). Em linhas gerais, tais correntes, às suas maneiras, tinham o desenvolvimento como um horizonte a ser perseguido, necessário para que, a partir disso, se pudessem atingir novas etapas – seja dentro do capitalismo, seja no socialismo.

Nesse contexto, a TMD surgiu dentro um grupo mais amplo de teóricos sobre a dependência, onde também podem ser situados Fernando Henrique Cardoso (FHC) e André Gunder Frank, por exemplo. Aqui os denominamos de Teóricos da Dependência, ou dependentistas. De modo geral, a despeito das diferentes formações teóricas e vinculações políticas, todos eles contestavam tais entendimentos hegemônicos sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina. Convergiam-se em torno de quatro principais diagnósticos:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (Dos Santos, 2000, p. 19).

A despeito das convergências dos dependentistas nesse primeiro diagnóstico geral acerca do subdesenvolvimento/desenvolvimento, divergências teórico-políticas surgiram posteriormente. Isso se deu sobretudo a partir da publicação da *Dialética da Dependência*, por Marini, em 1973, ocasionando uma clivagem nesse pensamento (Antunes de Oliveira, 2022, p. 41). Formaram-se duas correntes, antagônicas: uma era a visão marxista – a TMD,

onde se situavam Marini, Theotônio e Vânia –, e a outra, associada a FHC, comumente identificada simplesmente como Teoria da Dependência².

A produção “clássica” da TMD foi feita em exílio e num contexto direto de lutas sociais e militância revolucionária por parte de seus autores. Apesar de Vânia, Theotônio e Marini terem sido brasileiros, o Chile e o México que foram de fato a “casa” da TMD. Estes três autores “clássicos” se aproximaram pela primeira vez em 1962, na Universidade de Brasília (UnB), onde acumulavam a função de mestrandos-instrutores (Rosso; Seabra, 2016). Nesse contexto, também fizeram parte da fundação da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), organização política brasileira que se inseria na esquerda revolucionária de modo contestador ao PCB. Com o golpe militar no Brasil em 1964, o trio precisou buscar exílio no Chile. Lá viveram um período de forte intercâmbio teórico-político no *Centro de Estudios Socio-Económicos* (CESO). Também se mantiveram ativos na militância política, através do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR). Essa trajetória foi interrompida mais uma vez por um golpe militar, em 11 de setembro de 1973 que pôs Augusto Pinochet no poder. Posteriormente, transitaram em direção ao México, onde estiveram vinculados à *Universidad Nacional Autónoma do México* (UNAM). Com a Lei da Anistia sancionada no Brasil em 1979, o trio voltou para o país. Entretanto, acabaram não sendo tão bem integrados nesse novo contexto, como foi no Chile e no México, onde tiveram apoio de variados colegas e instituições. Assim, não encontraram a mesma estabilidade para desempenhar funções acadêmicas que uma vez conseguiram no CESO e na UNAM (Wasserman, 2017).

Todo esse trânsito teve um papel incomensurável em suas formulações teóricas³, pois fez com que os autores tivessem um conhecimento direto de outras sociedades latino-americanas, para além do Brasil. Nesse contexto, apesar de terem presenciado tantas adversidades – sobretudo no contexto sombrio das diversas intervenções militares na região – o trio nunca se afastou da práxis revolucionária. A combinação entre esses dois fatores – vivência diversa e práxis revolucionária – foram ingredientes para a originalidade e potência das formulações da TMD. Isso mostra o rigor dos autores em termos de método marxista: a apreensão histórico-dialética da sua realidade, rejeitando formulações estanques ou prévias.

Internacionalmente, as proposições da TMD encontraram forte repercussão em meio ao debate geral sobre a dependência, no início da década de 1970, no espectro dos *Development Studies* (Tussie; Chagas-Bastos, 2023). Da década de 1980 em diante, tal

² A versão de FHC foi cristalizada no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrito com Enzo Faletto, lançado pela primeira vez em 1967 (Cardoso; Faletto, 1975). Pelo seu foco em estruturas políticas e no poder político estatal (Carcanholo, 2023, p. 12), é chamada por muitos de versão weberiana da teoria dependência (Amaral, 2012; Antunes de Oliveira, 2022; Mello, 2022). A noção geral desta corrente reside na “aceitação” da dependência; com isso, depreende-se que os países dependentes não podem superá-la, apenas negociá-la com os países centrais, dentro dos moldes de um desenvolvimento dependente-associado (Cardoso; Faletto, 1975).

³ Como a própria Vânia aponta, “[e]u, que me formei no Brasil, me desenvolvi no Chile e me consolidei como cientista social no México, não posso deixar de reconhecer que toda essa experiência foi definitiva. É nesse sentido que digo, como acadêmica – e só nesse sentido –, bendito exílio” (Bambirra, 1991).

debate foi perdendo força, frente a críticas teóricas, motivações políticas, e por mudanças na economia global (Dos Santos, 2000; Kvangraven, 2021). Sobretudo, o clima da globalização neoliberal, do fim da União Soviética, e assim, do chamado “fim da história”, pareceu dar uma forte invalidade ao marxismo, o que evidentemente afetava a TMD. Foi nesse contexto que o pensamento decolonial passou a ocupar um espaço privilegiado dentre o pensamento crítico latino-americano, em detrimento da TMD, argumentam Amaral e Traspadini (2023).

Nesse sentido, a TMD teve historicamente muito mais repercussão em circuitos acadêmicos “de fora” – sejam estes anglo-saxões ou do resto da América Latina – do que no Brasil. Tal processo não se deu apenas pela questão do exílio de Marini, Vânia e Theotônio, mas por uma combinação de fatores diversos. Por muito tempo, as obras em questão circulavam no Brasil de forma clandestina, pela vigência da Ditadura Militar. Ao mesmo tempo, cumpre ressaltar que obras de FHC – inclusive críticas feitas à TMD, circulavam tranquilamente no país, configurando aquilo que Prado (2011) chama de hegemonia de um pensamento único sobre a dependência. Também existia o fato de que no campo da esquerda revolucionária brasileira, o PCB – maior partido nesse espectro – tinha uma visão teórico-política alinhada à Terceira Internacional, incompatível com os ditames da TMD. Ou seja, as perspectivas marxistas-dependencistas não tinham adesão nem em círculos revolucionários, nesta época. Na década de 1990, mesmo com o fim da Ditadura e a redemocratização, esse cenário não melhorou, frente ao clima da globalização neoliberal citado (Prado, 2011).

Foram os anos 2010 que marcaram uma forte retomada na produção acerca da TMD. O ambiente, que antes era “hostil”, passou a ser fecundo para o potencial crítico da tradição; vieram manifestações da crise estrutural do capital, notoriamente com a crise de 2008, e especificamente no caso da América Latina, principalmente as crises dos governos neoliberais na região, no final dos anos 1990 (Özekin, 2022). Neste contexto, a literatura da TMD ganhou notórias e variadas contribuições⁴. Nesse período também foram publicados pela primeira vez no Brasil alguns textos inéditos em português dos autores clássicos, sobretudo pela coleção “Pátria Grande” do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Bambirra, 2013; Dos Santos, 2020; Marini, 2013)

A virada para os anos 2020, por sua vez, pareceu marcar um ampliamto das discussões sobre a TMD em periódicos “internacionais”, em inglês⁵. Destaca-se a primeira publicação da *Dialética da Dependência* de Marini nessa língua (Marini, 2022b).

⁴ As contribuições, evidentemente, são muitas, e seu detalhamento escapa o propósito posto aqui. Mas destacamos as contribuições, no Brasil, de Almeida Filho (2013); Amaral (2012); Carcanholo (2013); Ferreira; Osorio; Luce (2012); Filgueiras (2018); Luce (2018); Martins (2018); Prado (2011); Rosso; Seabra (2016); Wasserman (2017).

⁵ Aqui se destacam as publicações de duas edições do periódico *Latin American Perspectives*, volume 49, de tema “Reassessing Development: Past and Present Marxist Theories of Dependency and Periphery Debates”. Também ressaltamos a recente chamada (abril de 2024) para a *special issue* do periódico *Alternautas*, de tema “Interrogating the Resurgence of Latin American Dependency Theory”. Entre as contribuições nessa seara,

Nesse contexto de resgate da TMD, a literatura contemporânea se caracteriza, grosso modo, pela revisitação de as obras clássicas e o assentamento de bases para futuras teorizações, por meio de releituras e críticas. Como nos é apontado, as discussões se mantiveram em torno de quatro eixos:

a) a comparação entre as distintas vertentes das Teorias da Dependência; b) a recuperação da obra de Ruy Mauro Marini, sobretudo a partir de dois enfoques: análise, revisão e atualização do conceito de superexploração do trabalho; e resgate do conceito de subimperialismo para analisar a posição regional do Brasil nos últimos quinze anos; c) os estudos de caso sobre países latino-americanos à luz do referencial teórico marxista da dependência; d) a discussão sobre a “novíssima dependência”, através da análise das situações de dependência face ao contexto recente do capitalismo neoliberal (Bichir, 2017, p. 17).

Nas margens dessas discussões, obras buscam discutir temas como gênero, raça e financeirização, por exemplo, buscando suprir lacunas importantes da teorização clássica da TMD (Amaral, 2012; Antunes de Oliveira, 2021; Costantino; Laterra, 2017; Fagundes, 2021; Reis; Antunes de Oliveira, 2021; Souza, 2023; Villegas Plá, 2023). Por um caminho semelhante, entra a questão das RI.

Os teóricos clássicos da TMD nunca dialogaram com os debates “próprios” da disciplina de Relações Internacionais como conhecemos – ex. sobre o Realismo ou Liberalismo (Özekin, 2022). De forma indireta, a inserção das proposições marxistas-dependencistas nas RI sempre apareceu na subárea da EPI, isto é, na fronteira entre Economia e RI, em meio aos *Development Studies*, como apontamos. Nesse sentido, é possível apontar que a integração da TMD nas RI se deu historicamente de modo “indireto”, muito mais por sua associação com a economia internacional, ou com as “relações internacionais”, em minúsculo, via EPI, do que por um engajamento direto, literal, com as discussões teóricas, metodológicas e metateóricas da disciplina.

Contemporaneamente, algumas contribuições buscaram resgatar o potencial da TMD aos debates das RI. A partir delas, um diálogo entre ambos começa a ganhar corpo.

OS DIÁLOGOS ATUAIS E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES

Duas importantes contribuições diretas sobre a pertinência da TMD às RI são feitas por Özekin (2022) e Bichir (2021). Isto é, citam diretamente como a primeira pode contribuir para a segunda. Por outro caminho, Antunes de Oliveira (2019) conecta a TMD à abordagem do Desenvolvimento Desigual e Combinado (DDC), desenvolvida no subcampo de Teoria das Relações Internacionais, a qual defende a existência uma ontologia própria para a área: a dimensão do “internacional” (Rosenberg, 2016a). Vejamos as duas primeiras citadas, antes de seguir para a última.

Sintetizando os pontos levantados por Özekin (2022) e Bichir (2021), podemos dizer que a TMD traz uma contribuição imediata para a área a partir dos seguintes aspectos: 1) sua

destacamos: Antunes de Oliveira (2019, 2021); Antunes de Oliveira; Kvangraven (2023); Nunes (2023); Özekin (2022); Reis; Antunes de Oliveira (2021); Villegas Plá (2023).

historicidade de um ponto de vista periférico; 2) o entendimento da dependência como hierarquia fundamental e totalizante do sistema capitalista global; 3) sua concretude e práxis. Buscaremos aqui retomar esses pontos, também expandindo-os.

A apreensão da realidade feita pela TMD oferece uma historicidade periférica às RI, contestando noções hegemônicas, eurocêtricas e imperialistas (Özekin, 2022). Nesse movimento, desvela o papel do colonialismo e da exploração das sociedades periféricas no nascimento do sistema capitalista global. Tais noções residem no entendimento do estabelecimento histórico da dependência e suas implicações para a realidade latino-americana.

A dependência se configura a partir da inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho de forma subordinada à Europa, o centro, questão que tem traços históricos que remontam ao período da colonização. O fim do colonialismo e a chegada de independências formais na região marca o início da dependência, isto é, uma dinâmica de subordinação entre nações formalmente independentes (Marini [1973] 2022a).

Durante esses momentos iniciais, no que diz respeito ao estabelecimento do capitalismo na Europa, a periferia se destaca principalmente em dois sentidos. O primeiro foi a partir da oferta de mercadorias e meios de pagamento. Isso favoreceu, no centro, o desenvolvimento dos capitais bancário e comercial, o que posteriormente propiciou o surgimento da grande indústria (Marini [1973] 2022a, p. 170). Num segundo momento, mais adiante, a oferta de alimentos – bens que eram especializados na produção das sociedades periféricas – em direção ao centro permitiu que lá houvesse a especialização produtiva na indústria, possibilitando uma transição para a produção de mais-valia relativa em relação à absoluta. Isso significa que a acumulação capitalista passou a se basear mais no aumento das capacidades produtivas do que só no aumento da exploração do trabalhador. Em resumo, “[a] inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais” (Marini [1973] 2022a, p. 175).

Essa diferenciação na divisão internacional do trabalho, e o diferencial de produtividade industrial que se configurou desde então, configura uma manifestação particular do capitalismo dependente: a transferência de valor em direção ao centro. Considerando uma troca entre um mesmo tipo de mercadorias (matérias primas, por exemplo), a maior produtividade existente nos países centrais faz com que eles tenham preços de produção menores do que os dos países dependentes. A partir disso, é possível que estes primeiros vendam tais mercadorias com o mesmo preço de mercado do que os praticados pelos segundos, mas realizando um lucro extraordinário. Por outro lado, na troca entre diferentes tipos de mercadorias (matérias primas de um lado, bens industrializados do outro, por exemplo), pautada pela diferente posição na divisão internacional do trabalho, outra dinâmica aparece. Com os países do centro podendo produzir bens que os dependentes não produzem,

isso configura um monopólio de produção, permitindo que estes primeiros vendam aos segundos produtos a preços superiores ao seu valor. Esse cenário, portanto, faz com que os países dependentes cedam parte do valor produzido de forma gratuita – ou seja, transferindo valor para o centro – com isso se agravando (para os países periféricos) quanto maior for o diferencial de produtividade entre as duas partes (Marini, [1973] 2022a, p. 183–184). Com a complexificação das economias em questão no suceder histórico, tal transferência também passa a ser integrada por rendas vindas a partir de juros, empréstimos e royalties (Amaral, 2012).

Nesse contexto, para compensar a transferência de valor aos países centrais, as burguesias dos países dependentes superexploram seus trabalhadores. Essa superexploração da força de trabalho se manifesta a partir de três formas, segundo Marini: 1) o aumento da intensidade do trabalho; 2) o prolongamento da jornada de trabalho; 3) a redução do consumo do operário para além de seu limite normal (Marini, [1973] 2022, p. 186). Esse desgaste se apresenta, portanto, a partir de dois sentidos. Um primeiro, a partir de uma via mais direta em relação à fisicalidade, pelo aumento da intensidade do trabalho e do prolongamento da jornada do trabalho. O segundo, por sua vez, diz respeito à remuneração pela venda da força de trabalho em níveis incompatíveis com o que seria o consumo mínimo de alimentos e bens no geral – assim como serviços – para a sustentação metabólica, psíquica e social do trabalhador e de sua família (Marini [1973] 2022a, p. 188-189). Ou seja, enquanto nos países centrais a acumulação se intensifica com o aumento da produtividade, nos países dependentes ela se faz através da intensificação da exploração do trabalhador.

A superexploração a força de trabalho e a transferência de valor, portanto, apresentam uma relação causal. Quanto mais esta última cresce, a primeira se intensifica, como meio compensatório. Ressaltamos como a partir dessa relação é posta em jogo uma perspectiva globalizante da exploração capitalista. Fica explícito como “a exploração da classe trabalhadora ocorre em nível mundial, que o mais-valor produzido aqui pode ser apropriado longe daqui” (Leite; Alves, 2024, p. 69)”. Do mesmo modo, dá sentido à tão visível pauperização presente nos países dependentes, por um lado, ocasionada pela remuneração da classe trabalhadora em níveis abaixo do necessário para a sua reprodução e, por outro, por exigir de um grande contingente de desempregados – o exército industrial de reserva.

Como pontua Bichir (2021, p. 273), tais apontamentos revelam “dimensões fundamentais da formação e funcionamento do modo de produção capitalista, lançando luz sobre as configurações do capitalismo dependente”. Tal entendimento histórico marxista-dependente impõe uma visão peculiar sobre o chamado de “sistema internacional”. A dependência se apresenta não só a partir da fratura centro x periferia (também reconhecida pela abordagem dos sistemas-mundo), mas como uma síntese de diversas determinações, que incidem tendências gerais do capitalismo global ao capitalismo periférico, que neste

último se “operam de maneira negativamente determinada, sem que seus elementos contratendências se apresentem no mesmo grau e sob as mesmas formas que atuam nas economias dominantes” (Luce, 2018, p. 197). Nesse sentido, a dependência não se manifesta apenas no âmbito da “economia”, mas também nas relações políticas e sociais dos países dependentes (Antunes de Oliveira, 2019, p. 6; Selis, 2018, p. 177–178). Tais sociedades experienciam a política internacional de modo diferenciado (Rosenberg *et al.*, 2023, p. 25)⁶, pois têm sua soberania limitada pela determinação da dependência. Ou seja, além de apontar para a diferenciação (dependência; centro x periferia) há aportes que qualificam a concretude vivida nos países e associam à exploração por parte do capitalismo central.

Nesse sentido, a perspectiva abarca um nível de análise totalizante reside na interrelação classe/estado/capitalismo global. Por exemplo, a partir da exposição feita vê-se como a categoria da superexploração da força de trabalho, que já se articula com a transferência de valor, que por sua vez se articula com a história do desenvolvimento dos países dependentes, traz um nexos concreto entre exploração de classe e história, ultrapassando de cima a baixo os tradicionais “níveis de análise” das RI.

Por fim, apontamos que a TMD abriga um sentido político, de práxis periférica, que não tem paralelo quando comparado a outras contribuições da RI. Não há determinismo na posição de dependente; pelo contrário, é reconhecido o papel da luta das classes exploradas como a que pode suprimir a dependência e revolucionar o sistema como um todo. Tal sentido não reside só na teoria em abstrato, mas sobretudo a partir da própria participação política dos autores fundadores da TMD. Ou seja, esta é uma corrente teórica que desde seu início esteve compromissada com a emancipação social.

Uma proposição feita por Antunes de Oliveira (2019) conecta a TMD a um outro programa de pesquisa em efervescência: a abordagem do DDC. Apesar de em seu texto esse encontro ser feito brevemente – em meio a um esforço de analisar a virada política à direita ocorrida na América Latina nos anos 2010, frente à onda rosa nos anos 2000 –, julgamos que nessa proposição reside uma ótima pista de pesquisa para expandir a interação da TMD com o campo de RI.

Como explorada principalmente por Rosenberg (2016a, b), tal abordagem, situa a multiplicidade de sociedades, isto é, o “internacional” como a ontologia das RI. O “internacional”, neste sentido, não é o que reside “fora”, em oposição ao doméstico; na verdade, é algo que promove o próprio desenrolar da história, por meio da interação societal, e assim, permeia as relações humanas em seu cotidiano.

Nesse contexto, Antunes de Oliveira (2019) interliga as duas teorizações promovendo uma contribuição mútua: ela expande os limites da TMD, ao passo que oferece um certo

⁶ Este é um comentário feito por Arlene B. Tickner, em meio a um fórum de debate sobre multiplicidade e o “internacional” (Rosenberg *et al.*, 2023).

recorte metodológico para “aplicação” da ideia de DDC. Esse primeiro aspecto se refere a como o entendimento do DDC contribui para um refinamento sobre o entendimento acerca do “desenvolvimento” como postulado em textos clássicos da TMD. A partir disso, tal aspecto passa a ser entendido apenas como o resultado da combinação entre partes desiguais, isto é, a interação entre sociedades diferentes. Por outro lado, a TMD traz categorias, apreensões da realidade, em um nível de abstração inferior à ideia de DDC – assumidamente generalista (Callinicos; Rosenberg, 2008) – as quais permitem uma melhor qualificação e identificação dentre as análises a partir deste prisma.

Para além desses aspectos, julgamos que a partir dessa aproximação, é possível lançar uma discussão acerca da pertinência (e validade) de entender a dependência como parte da ontologia das RI. Isto é: o entendimento de que no internacional, existe uma desigualdade e combinação essencial: a dependência. Essa é uma percepção implícita para a apreensão marxista-dependetista sobre a dependência, como uma “categoria” e não “conceito”. Entretanto, explicitar tal fratura e expandir seus sentidos pode abrir espaço para discussões sobre o internacional em que a dependência não se apresente como um determinante só econômico, mas também político e social, afetando relações de raça e gênero, assim como a própria formação da subjetividade nos espaços em questão (Antunes de Oliveira, 2021; Selis, 2019; Souza, 2023). Ou seja, um caminho para investigar a dependência como uma determinação causal (assim como é o internacional, como entendido pela abordagem do DDC) que molda diversos aspectos da realidade vivida nas sociedades periféricas.

COMENTÁRIOS FINAIS

Neste texto, buscamos resgatar a Teoria Marxista da Dependência como uma contribuição teórica potente a ser articulada com a área de RI. Assim, ressaltamos o percurso histórico desta tradição, enfatizando seu aspecto original e periférico, e sua inserção nos debates acadêmicos nacionais e internacionais.

Posteriormente, com base em Özekin (2022) e Bichir (2021), e cotejando-as com a contribuição original de Marini ([1973] 2022a) apontamos os sentidos cruciais da contribuição da TMD às RI: 1) sua historicidade de um ponto de vista periférico; 2) o entendimento da dependência como hierarquia fundamental e totalizante do sistema capitalista global; 3) sua concretude e práxis. Ao fim, ressaltamos como a contribuição de Antunes de Oliveira (2019) traz um fio interessante a ser investigado: a interação da dependência com a ontologia das RI como entendida pela abordagem do DDC, isto é, o internacional.

Apesar de seu momento de reascensão, a TMD ainda tem potencial para maior protagonismo não só nas RI, mas para discussões nas mais diversas áreas das ciências sociais, assim como em movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores, sobretudo considerando o recente acirramento global da luta de classes. Nesse contexto, resgatar as

vivências de Marini, Vânia e Theotônio nos lembra que não basta só analisar a dependência; é preciso lutar para superá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A.; CAJAS-GUIJARRO, J. Mariátegui and Dependency Theory: Reviewing a Powerful Inheritance in Latin American Thought. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 199–217, jan. 2022.

ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 147 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S.; TRASPADINI, R. O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a teoria da dependência como ápice da elaboração sobre o continente. **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política**, 2023.

ANTUNES DE OLIVEIRA, F. Lost and Found: Bourgeois Dependency Theory and the Forgotten Roots of Neodevelopmentalism. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 36–56, jan. 2022.

ANTUNES DE OLIVEIRA, F. The rise of the Latin American far-right explained: dependency theory meets uneven and combined development. **Globalizations**, v. 16, n. 7, p. 1145–1164, 10 nov. 2019.

ANTUNES DE OLIVEIRA, F. Who Are the Super-Exploited? Gender, Race, and the Intersectional Potentialities of Dependency Theory. *In*: MADARIAGA, A.; PALESTINI, S. (org.). **Dependent Capitalisms in Contemporary Latin America and Europe**. International Political Economy Series. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 101–130.

ANTUNES DE OLIVEIRA, F.; KVANGRAVEN, I. H. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. **Review of International Political Economy**, p. 1–25, 13 mar. 2023.

BAMBIRRA, V. **Memorial (mimeo)**: Fundação Universidade de Brasília, 1991. Disponível em: <https://vaniabambirra.wordpress.com/memorial-academico/>.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BICHIR, M. M. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. Tese de Doutorado em Ciência Política – Unicamp, Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/989345>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BICHIR, M. M. A Teoria Marxista da Dependência: contribuições do Marxismo Latino-Americano às Relações Internacionais. *In*: BUGIATO, C. (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021. p. 250–318.

BUGIATO, C. Cinco proposições teóricas do Marxismo para as Relações Internacionais. **Intervenções**, p. 1–10, 2021.

CALLINICOS, A.; ROSENBERG, J. Uneven and combined development: the social-relational substratum of 'the international'? An exchange of letters. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 21, n. 1, p. 77–112, mar. 2008.

CANTAMUTTO, F. J. Power Bloc Legitimation Strategies in a Dependent Society: The Case of Argentina (2001–2019). **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 2, p. 163–182, 1 mar. 2022.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013.

CARCANHOLO, M. D. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. 1–20, 2023.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

COSTANTINO, A.; LATERRA, P. La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre aborto en el mundo. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 151–174, 2017.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2000.

DOS SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2020.

DOS SANTOS, T. The Structure of Dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231–236, 1970.

FAGUNDES, G. Relações raciais no Brasil e a superexploração da força de trabalho: apontamentos e um breve diálogo. **Cadernos Cemarx**, v. 14, p. 01–20, 2021.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

FILGUEIRAS, L. Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo Dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 519–534, dez. 2018.

FILGUEIRAS, L. The Governments of the Workers' Party: Capitalist Development Pattern and Macroeconomic Policy Regimes. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1, p. 28–44, jan. 2020.

KATZ, C. The Cycle of Dependency 50 Years Later. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 2, p. 8–23, 1 mar. 2022.

KVANGRAVEN, I. H. Beyond the Stereotype: Restating the Relevance of the Dependency Research Programme. **Development and Change**, v. 52, n. 1, p. 76–112, jan. 2021.

LEITE, L.; ALVES, M. Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: quais os nexos causais? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 68, n. 1, p. 43–71, 7 abr. 2024.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

- LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência – problemas e categorias, uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MADARIAGA, A.; PALESTINI, S. (Org.). **Dependent Capitalisms in Contemporary Latin America and Europe**. Cham: Springer International Publishing, 2021.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência (1973). *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022a. p. 167–216.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013(, 1).
- MARINI, R. M. **The Dialectics of Dependency**. New York: Monthly Review Press, 2022b.
- MARTINS, C. E. A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 463–481, dez. 2018.
- MARTINS, C. E. The *Longue Durée* of the Marxist Theory of Dependency and the Twenty-First Century. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 18–35, jan. 2022.
- MELLO, R. A. Building Bridges between Dependency Theory and Neo-Gramscian Critical Theory: The Agency-Structure Relation as a Starting Point. **Contexto Internacional**, v. 44, n. 1, 2022.
- NUNES, D. M. Imperialism in the Financial Capital Era: Forgotten Contributions from Marxist Dependency Theory. **Review of Radical Political Economics**, p. 1–18, 30 ago. 2023.
- OSORIO, J. Assessing a Proposal for Updating the Marxist Theory of Dependency. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 1, p. 153–165, jan. 2022.
- ÖZEKIN, M. Kürşad. The Achievements of Dependency Approach as a Critical IR Theory. *In*: ÖZEKIN, M. Kürşad; SUNE, E. (org.). **Critical Approaches to International Relations: Philosophical Foundations and Current Debates**. Leiden: Brill, 2022. p. 70–94.
- PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da Teoria Marxista da Dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p. 68–94, 2011.
- PRADO, F. C.; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Pensata**, v. 3, n. 1, p. 10–29, 2013.
- REIS, N.; ANTUNES DE OLIVEIRA, F. Peripheral financialization and the transformation of dependency: a view from Latin America. **Review of International Political Economy**, , p. 1–24, 23 dez. 2021.
- ROSENBERG, J. International Relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 1–27, 1 jun. 2016a.
- ROSENBERG, J. *et al.* Multiplicity and ‘The International’ as Critique – A Forum. **Millennium**, , p. 1–30, 20 nov. 2023.
- ROSENBERG, J. Uneven and Combined Development: ‘The International’ in Theory and History. *In*: ANIEVAS, A.; MATIN, K. (org.). **Historical sociology and world history: uneven and combined development over the longue durée**. Global dialogues: developing non-Eurocentric IR and IPE. London New York: Rowman & Littlefield International, 2016b. p. 17–30.

ROSSO, S. D.; SEABRA, R. L. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 1029–1050, 2016.

SALÉM VASCONCELOS, J. Development and Dependency: Past and Present of Latin American Challenges. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 2, p. 245–250, mar. 2022.

SALÉM VASCONCELOS, J.; CHILCOTE, R. H. Reassessing Development and Dependency in Latin American Case Studies. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 2, p. 3–7, mar. 2022.

SELIS, L. **At the edge of language: Rereading Subalternity through misrecognition and sinthome**. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

SELIS, L. Infiltração clandestina: a questão da diferença no pensamento latino-americano. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, p. 171–194, 5 out. 2018.

SOUZA, C. L. S. de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 16–35, 3 fev. 2023.

TUSSIE, D.; CHAGAS-BASTOS, F. H. Misrecognised, misfit and misperceived: why not a Latin American school of IPE? **Review of International Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 891–913, 4 maio 2023.

VILLEGAS PLÁ, B. Dependency theory meets feminist economics: a research agenda. **Third World Quarterly**, p. 1–18, 2023.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.